

**Aula 15 - Profs. Bruno
Bezerra e Patrícia
Manzato**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025*

(Pós-Edital)
Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes , Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
23 de Julho de 2025
Manzato Moises

ANÁLISE ESTATÍSTICA

O que é mais cobrado dentro da disciplina?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a distribuição percentual conforme tabela abaixo.

Critérios da amostra de questões: anos 2020 a 2025; concursos de nível médio e superior.

Quantidade de questões da amostra: 34.

Tópico	% de cobrança
Constituição Estadual – Arts. 1º a 51	32,10%
Constituição Estadual – Arts. 52 a 226	68,9%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção. Deixamos claro que a proposta não é esgotar o tema, ok?

Nesta aula abordaremos os assuntos constantes dos arts. 52 a 226.

Vamos a eles:

A Constituição do Estado do Paraná organiza os poderes estaduais em Legislativo, Executivo e Judiciário, além de prever funções essenciais à justiça.

1. Poder Legislativo

O Poder Legislativo nos estados é *unicameral*, exercido pela *Assembleia Legislativa* e composto por *deputados estaduais*, eleitos pelo sistema proporcional, por voto direto e secreto, para uma legislatura, ou seja, 4 anos.

Requisitos para eleição de Deputado Estadual (Art. 52):

- Nacionalidade brasileira.
- Pleno exercício dos direitos políticos.
- Alistamento eleitoral.
- Domicílio eleitoral na circunscrição do Estado.
- Filiação partidária.
- Idade mínima de vinte e um anos.

Lembre-se: não são todos os cargos que exigem 21 anos como idade mínima:

Vereadores: 18 anos

Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Juiz de Paz: 21 anos

Governador: 30 anos

Presidente, Senador: 35 anos



Atribuições da Assembleia Legislativa:

Com sanção do Governador (Art. 52, Art. 53):

Cabe à Assembleia legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, como, por exemplo:

- Plano plurianual e orçamentos anuais.
- Diretrizes orçamentárias.
- Tributos, arrecadação e distribuição de rendas.
- Dívida pública, abertura e operações de crédito.
- Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional.
- Organização do Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Polícias, entre outros órgãos.
- Organização e divisão judiciárias.
- Aquisição e alienação de bens imóveis do Estado.
- Transferência temporária da sede do Governo Estadual.
- Matéria decorrente da competência comum prevista na Constituição Federal.

Exclusivamente à Assembleia (sem sanção do Governador) (Art. 53, Art. 54):

- Eleger a Mesa e constituir as Comissões.
- Elaborar o Regimento Interno.
- Fixar o subsídio dos Deputados Estaduais (máximo de 75% dos Deputados Federais).
- Fixar os subsídios do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado.
- Dar posse ao Governador e ao Vice-Governador.
- Conceder licença, bem como autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias.
- Processar e julgar o Governador e o Vice-Governador, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos.
- Processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade.
- Julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado.
- Escolher **quatro** dos sete conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado (após ADIN 2208, o Art. 54, XVII originalmente previa cinco, mas foi declarado inconstitucional).
- Aprovar ou suspender intervenção em Município.
- Suspender atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.



- Convocar Secretários de Estado ou titulares de órgãos subordinados para prestarem informações (a ausência sem justificção é crime de responsabilidade).

Deliberações da Assembleia Legislativa:

Em regra, são tomadas por *maioria de votos*, presente a *maioria absoluta* de seus membros (Art. 56).

Prerrogativas dos Deputados:

Imunidade material e formal: invioláveis civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos.

Foro por prerrogativa de função: julgados pelo Tribunal de Justiça a partir da diplomação. Só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável, com prisão revista pela maioria da Assembleia Legislativa.

Tipos de reuniões da Assembleia Legislativa:

Ordinária (Art. 61): anualmente, de *2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro*. Não é interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (Art. 61, § 2º).

Preparatória (Art. 61, § 3º): no primeiro ano de legislatura, a partir de 1º de fevereiro, para *posse dos membros e eleição da Mesa* (mandato de dois anos).

Extraordinária (Art. 61, § 4º): convocada fora do período ordinário por seu Presidente (para posse de Governador/Vice, ou em caso de intervenção) ou pelo Presidente/maioria dos membros/Governador (em caso de urgência ou interesse público relevante).

Delibera apenas sobre a matéria para a qual foi convocada, sem pagamento adicional (Art. 61, § 5º).

Processo Legislativo (Art. 63): envolve a criação de:

- Emendas à Constituição.
- Leis Complementares à Constituição.



- Leis Ordinárias.
- Decretos Legislativos.
- Resoluções.
- Leis Delegadas.

Vejamos alguns detalhes:

Tema	Detalhes principais
Emenda Constitucional	Proposta por 1/3 dos Deputados Estaduais, Governador ou 1/3 das Câmaras Municipais; Aprovação em 2 turnos; 3/5 votos em cada turno; Vedação de tramitação de EC em Intervenção federal, Estado de defesa e Estado de sítio
Iniciativa Legislativa	Assembleia Legislativa, Comissões, Governador, TJ, PGJ, cidadãos
Iniciativa Popular	1% do eleitorado, distribuídos em no mínimo 50 municípios, com pelo menos 1% de eleitores inscritos em cada
Nº de Deputados Estaduais	Triplo dos federais; Após 36, acrescentar 1 por deputado federal acima de 12

2. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

A fiscalização é exercida pela *Assembleia Legislativa* (controle externo) e pelo sistema de controle interno de cada Poder (Art. 74).

O controle externo é exercido com o auxílio do *Tribunal de Contas do Estado (TCE)*.

Competências do TCE:

- Emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Governador e dos Prefeitos (quem julga as contas do Governador é a Assembleia).
- Julgar as contas dos administradores de recursos públicos.
- Apreciar, para fins de registro, a legalidade de contratações.
- Aplicar sanções em casos de despesas ilegais ou contas irregulares.
- Suspender atos irregulares, exceto contratos, cuja suspensão cabe ao legislativo efetuar de forma direta.

TCE é composto por **7 Conselheiros**, nomeados entre brasileiros que atendam aos seguintes critérios (Art. 77):



Idade: +35 e -65 anos.

Reputação ilibada.

Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis econômicos e financeiros ou de administração pública.

+10 anos de atuação em funções ou atividades profissionais que exijam tais conhecimentos.

Escolha dos Conselheiros do TCE:

4 indicados pela Assembleia Legislativa e **3** indicados pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.

Os Conselheiros do TCE possuem as mesmas garantias conferidas aos membros do Poder Judiciário, como a **vitaliciedade** (só podem ser destituídos mediante sentença judicial transitada em julgado).

Os responsáveis pelo controle interno devem dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado sobre qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade (Art. 76, Parágrafo único).

Legitimidade para denunciar irregularidades:

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Assembleia Legislativa, suas Comissões ou o Tribunal de Contas.

3. Poder Executivo

Exercido pelo **Governador do Estado**, auxiliado pelos Secretários de Estado (Art. 79).

O **Vice-Governador** auxiliará o Governador, substituí-lo-á em caso de impedimento e suceder-lhe-á no de vaga (Art. 84, Art. 85).

Mandato: 4 anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

Eleição: Primeiro turno no primeiro domingo de outubro. Segundo turno (se necessário) no último domingo de outubro.

Vacância: Se o Governador ou o Vice não assumirem o cargo após **10 dias** da data da posse, salvo por motivo de força maior, o cargo será declarado vago.



Ausências do Governador: Não pode ausentar-se do Estado **por mais de 15 dias consecutivos**, nem do País, por qualquer prazo, sem prévia autorização da Assembleia Legislativa, sob pena de perda do mandato.

Atribuições privativas do Governador (Art. 87):

- Nomear e exonerar os Secretários de Estado.
- Exercer a direção superior da administração estadual.
- Iniciar o processo legislativo.
- Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.
- Veto a projeto de lei, total ou parcialmente.
- Decretar e fazer executar a intervenção estadual nos Municípios.
- Prestar contas, anualmente, à Assembleia Legislativa.
- Enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos (o Executivo define e compila, o Legislativo aprova).
- Nomear os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado (sendo 3 indicados pelo Governador e aprovados pela Assembleia Legislativa).

Crimes de Responsabilidade do Governador (Art. 88):

São definidos em lei federal e englobam:

Atos que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado, e especialmente contra a existência da União, o livre exercício dos Poderes, os direitos políticos, a lei orçamentária, a segurança interna do País, a probidade na administração, e o cumprimento das leis e decisões judiciais.

Julgamento do Governador (Art. 89):

Nas **infrações penais comuns**, é julgado pelo **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**. O Governador ficará suspenso de suas funções se o STJ receber a denúncia ou queixa-crime.

O STJ pode receber a denúncia contra o Governador e iniciar a ação penal sem necessidade de aprovação da Assembleia Legislativa.

Nos **crimes de responsabilidade**, é julgado por um **Tribunal Especial** (composto por 5 Deputados e 5 Desembargadores sorteados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside). O Governador ficará suspenso de suas funções após a instauração de processo pela Assembleia Legislativa.



4. Secretários de Estado

São auxiliares e de confiança do Governador, responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem.

Requisitos: escolhidos dentre brasileiros maiores de *vinete e um anos* e no exercício de seus direitos políticos (Art. 90). Não há exigência de serem brasileiros natos.

Competências (Art. 90):

- Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração estadual.
- Referendar os atos e decretos assinados pelo Governador.
- Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- Apresentar relatório anual de sua gestão à Assembleia Legislativa.
- Encaminhar informações por escrito à Assembleia Legislativa quando solicitado (a recusa, não atendimento no prazo de 30 dias ou fornecimento de informações falsas configura crime de responsabilidade).

Julgamento:

Nos *crimes comuns e de responsabilidade*, são processados e julgados pelo *Tribunal de Justiça* (Art. 92).

Nos *crimes conexos aos do Governador*, são julgados pelos órgãos competentes para o julgamento deste.

5. Poder Judiciário

Órgãos do Poder Judiciário no Estado (Art. 93):

- Tribunal de Justiça.
- Tribunais do Júri.
- Juízes de Direito.
- Juízes Substitutos.
- Juizados Especiais.
- Juízes de Paz.

Os Tribunais de Alçada foram revogados, por isso não fazem mais parte desse *rol taxativo*.

Os tribunais e juízes são independentes e estão sujeitos somente à lei (Art. 94).



Quinto Constitucional (Art. 95):

Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça é composto por membros do Ministério Público (com mais de dez anos de carreira) e de advogados (com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, notório saber jurídico e reputação ilibada).

Indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das classes, o Tribunal forma lista tríplice e envia ao Poder Executivo (Governador), que escolhe um para nomeação em vinte dias (Art. 95, §§ 1º e 2º).

Garantias dos Juízes:

Vitaliciedade: Assegura permanência no cargo após dois anos de exercício, salvo sentença judicial transitada em julgado.

Inamovibilidade: Impede a remoção do juiz, salvo por interesse público e por voto da maioria absoluta do TJ ou CNJ.

Irredutibilidade de vencimentos: Garante estabilidade salarial.

Vedações aos Juízes:

- Não podem exercer outro cargo ou função, **salvo** uma de magistério.
- Vedado receber custas ou participação em processos sob qualquer título.
- Não podem se envolver em atividades político-partidárias.
- Juízes aposentados ou exonerados não podem advogar no tribunal ou juízo em que atuaram por um período de **3 anos** após o afastamento.

Autonomia Administrativa e Financeira (Art. 98): o Poder Judiciário tem autonomia para organizar sua estrutura e elaborar sua proposta orçamentária.

A **proposta orçamentária do Judiciário** é elaborada pelo Tribunal de Justiça, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias (Art. 98, § 1º).

As dotações (valores orçamentários) devidas ao Poder Judiciário devem ser enviadas mensalmente, os **duodécimos**.

Competências de Julgamento do Tribunal de Justiça (Art. 101):

- **Não** cabe ao TJ julgar o **Governador** (crimes comuns são julgados pelo STJ, e crimes de responsabilidade por Tribunal Especial).
- Julgará o **Vice-Governador e os Deputados**, além de outras autoridades como membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Justiça Estadual, Prefeitos, entre outros.



- Julgar *mandados de segurança e habeas data* contra atos do Governador e de várias outras autoridades.

6. Ministério Público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a *defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis* (Art. 114).

É uma instituição autônoma e independente, que não integra a estrutura de nenhum dos três Poderes.

Princípios institucionais:

- Unidade: Os membros do MP integram um único órgão, chefiado por uma única autoridade (Procurador-Geral de Justiça nos Estados).
- Indivisibilidade: Permite que os membros da carreira sejam substituídos entre si no curso do processo.
- Independência funcional: Garante que cada membro do MP atue vinculado apenas ao ordenamento jurídico e à sua convicção.

▪

Chefia: o Ministério Público tem por chefe o *Procurador-Geral de Justiça (PGJ)* (Art. 116).

Nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em *lista tríplice* elaborada por todos os seus membros.

Mandato de *dois anos*, permitida *uma recondução* (observando o mesmo processo).

Pode ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa (Art. 116, § 1º).

Funções Institucionais (Art. 120):

- Promover, privativamente, a ação penal pública.
- Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- Exercer o controle externo da atividade policial.
- Fiscalizar estabelecimentos prisionais e de acolhimento de menores, idosos, incapazes ou pessoas com deficiência.



- Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos.
- É vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Os membros do Ministério Público sujeitam-se às mesmas garantias e vedações dos membros do Poder Judiciário, incluindo a proibição de exercer qualquer outra função ou cargo público, salvo de magistério.

7. Procuradoria-Geral do Estado

A advocacia do Estado, como função institucionalizada, tem como órgão único de execução a **Procuradoria-Geral do Estado**, diretamente vinculada ao Governador e integrante de seu gabinete (Art. 123).

Competências (Art. 124):

- representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo.
- unificação da jurisprudência administrativa do Estado.
- cobrança judicial da dívida ativa do Estado.
- realização dos processos administrativo-disciplinares.
- orientação jurídica aos Municípios, em caráter complementar ou supletivo.

Chefia: O **Procurador-Geral do Estado**, chefe da instituição, é de livre nomeação do Governador, preferencialmente dentre os integrantes da carreira e gozará de tratamento e prerrogativas de Secretário de Estado (Art. 126).

8. Defensoria Pública

Instituição essencial à função jurisdicional do Estado (Art. 127).

Incumbe-lhe a **orientação jurídica integral e gratuita**, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados (Art. 127).

Princípios institucionais (Art. 127, Parágrafo único):

- Unidade,
- Impessoalidade
- Independência na função.



9. Da Tributação e da Repartição das Receitas Tributárias

O Estado do Paraná tem competência para instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Pode instituir *contribuição social*, cobrada de seus servidores ativos, aposentados e pensionistas, para custeio do regime próprio de previdência social, que poderá ter alíquotas progressivas (Art. 129, IV).

A contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos que superem três salários mínimos nacionais quando houver déficit atuarial.

A contribuição **não incidirá** sobre os proventos de aposentadoria e pensão já concedidas se o beneficiário for portador de moléstias graves específicas (Art. 129, IV).

Impostos Estaduais:

- IPVA (sobre veículos automotores).
- ICMS (sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços).
- ITCMD (sobre transmissão causa mortis e doações).

Os *Municípios* têm direito a parcelas das receitas estaduais, como 50% do IPVA e 25% do ICMS.

10. Dos Orçamentos

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (Art. 133):

- Plano Plurianual (PPA).
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Lei Orçamentária Anual (LOA).

Vejamos:

Instrumento	Periodicidade	Finalidade	Estrutura e Conteúdo
Plano Plurianual (PPA)	Quadrienal (4 anos)	Estabelece diretrizes, objetivos e metas (DOM) regionalizadas da Administração estadual	Diretrizes estratégicas e regionais de médio prazo
Lei de Diretrizes	Anual	Define metas e prioridades (MP) para o exercício financeiro	Metas fiscais, prioridades da administração, regras



Orçamentárias (LDO)		seguinte e orienta a elaboração da LOA	para elaboração orçamentária
Lei Orçamentária Anual (LOA)	Anual	Estima receitas e fixas despesas para o ano; operacionaliza os objetivos da LDO e do PPA	Orçamento Fiscal Orçamento da Seguridade Orçamento de Investimentos

11. Da Ordem Econômica

A organização da atividade econômica é fundada na *valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente* (Art. 139).

O Estado atua como agente normativo e regulador, exercendo funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento (Art. 140).

Da Política Urbana

A política de desenvolvimento urbano será executada pelo *Poder Público municipal*, conforme diretrizes gerais fixadas em lei (Art. 150).

O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (Art. 152).

Das Políticas Agrícola e Agrária

A política agrícola estadual será planejada e executada com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais (Art. 154).

Há previsão de reforma agrária (Art. 155) e regularização fundiária (Art. 156).

Dos Recursos Naturais

O Estado deve gerir, fiscalizar e registrar o uso de recursos naturais (Art. 161).

12. Da Ordem Social



O Estado, em ação conjunta com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio (Art. 165).

Garante uma política social que assegure a universalidade da cobertura, uniformidade dos benefícios e a participação organizada da sociedade civil (Art. 166).

A seguridade social é composta por **saúde, previdência social e assistência social**.

Da Saúde

A saúde é **direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas (Art. 167).

As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao poder público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, preferencialmente por serviços oficiais (Art. 168).

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema estadual de saúde (Art. 169).

A assistência à saúde é **livre à iniciativa privada** (Art. 171). Instituições privadas podem participar de forma complementar ao sistema único de saúde.

É **vedada** a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos (Art. 172, § 2º).

Da Assistência Social

O Estado e os Municípios assegurarão a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, infância, adolescência, juventude e velhice, bem como a educação do excepcional (Art. 174).

O Estado destinará **50%** do produto da arrecadação de concursos de prognósticos (deduzidos prêmios e despesas) aos Municípios, para programas de assistência social e apoio ao esporte amador (Art. 175).

É garantido o atendimento para interrupção da gravidez nos casos previstos em lei na rede pública hospitalar (Art. 176).



Da Educação

A educação é direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade (Art. 177).

O ensino deve ser gratuito, igualitário, de qualidade, respeitar o pluralismo de ideias e valorizar os profissionais da educação (Arts. 178 e 179).

O Estado aplicará, anualmente, **no mínimo 30%** da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público, e os Municípios aplicarão, anualmente, **no mínimo 25%** (Art. 185).

Da Cultura

A cultura é direito de todos e deve ser estimulada pelo Estado, com liberdade de criação e valorização do patrimônio cultural (Arts. 190 a 196).

Do Desporto

O Estado deve promover o esporte como direito de todos, priorizando o esporte educacional e amador (Arts. 197 a 199).

Da Ciência e Tecnologia

O Estado deve fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico (Arts. 200 a 205). O Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, **não inferior a dois por cento**, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica (Art. 205).

Do Meio Ambiente

Todos têm direito a um meio ambiente equilibrado, cabendo ao Estado, aos Municípios e à sociedade protegê-lo e preservá-lo (Art. 207).

Da Habitação



A política habitacional visa atender famílias carentes, por meio de oferta de lotes urbanizados, incentivo a cooperativas e programas de mutirão e autoconstrução (Arts. 212 e 213).

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso

O Estado deve proteger a família e garantir políticas de apoio à maternidade, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência (Arts. 214 a 225-A).

Do Índio

As terras, costumes e tradições dos povos indígenas integram o patrimônio cultural e ambiental do Paraná e devem ser protegidos pelo Estado (Art. 226).



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

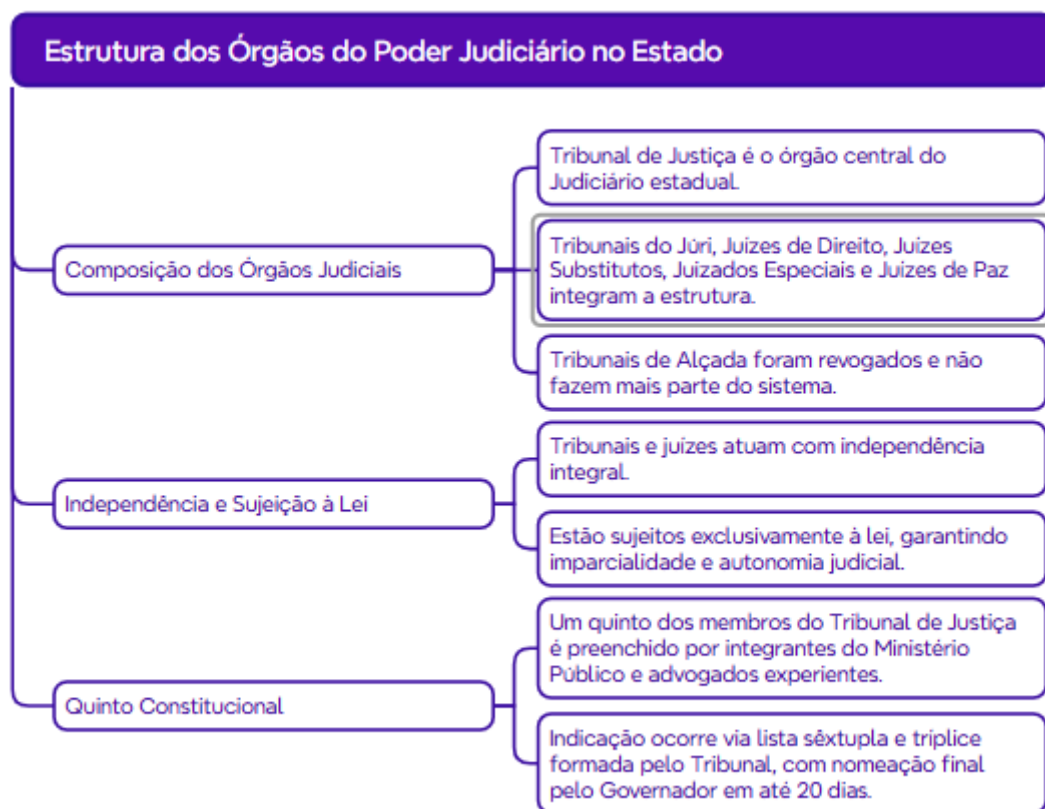


Dentre os assuntos abordados nesta aula, acreditamos que os seguintes possuem maior probabilidade de aparecerem na sua prova:

- Poder Judiciário (Arts. 93 e 101, CE-PR)
- Da Ordem Social (Arts. 166 a 226, CE-PR)

- Poder Judiciário (Arts. 93 e 101, CE-PR)





Garantias e Vedações dos Juízes

Garantias para Atuação e Permanência

Vitaliciedade assegura permanência após dois anos, salvo decisão judicial definitiva.

Inamovibilidade protege contra remoção sem justificativa e aprovação da maioria absoluta do Tribunal.

Irredutibilidade de vencimentos garante estabilidade salarial dos magistrados.

Restrições e Proibições

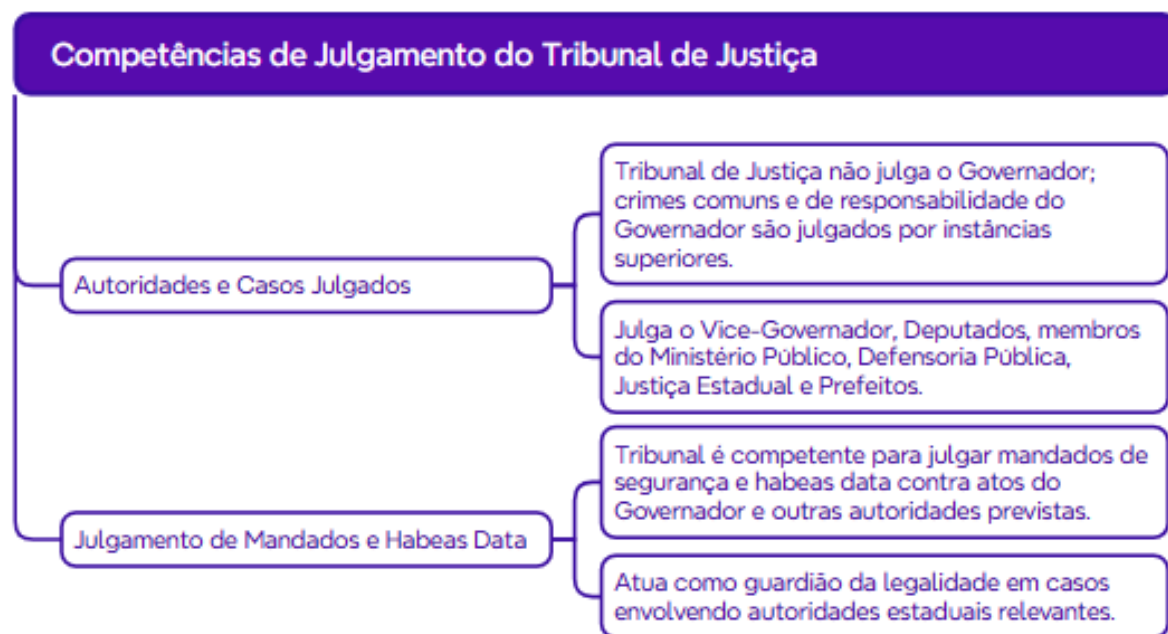
Juizes não podem exercer outro cargo, exceto magistério.

É vedado receber custas ou participar financeiramente de processos.

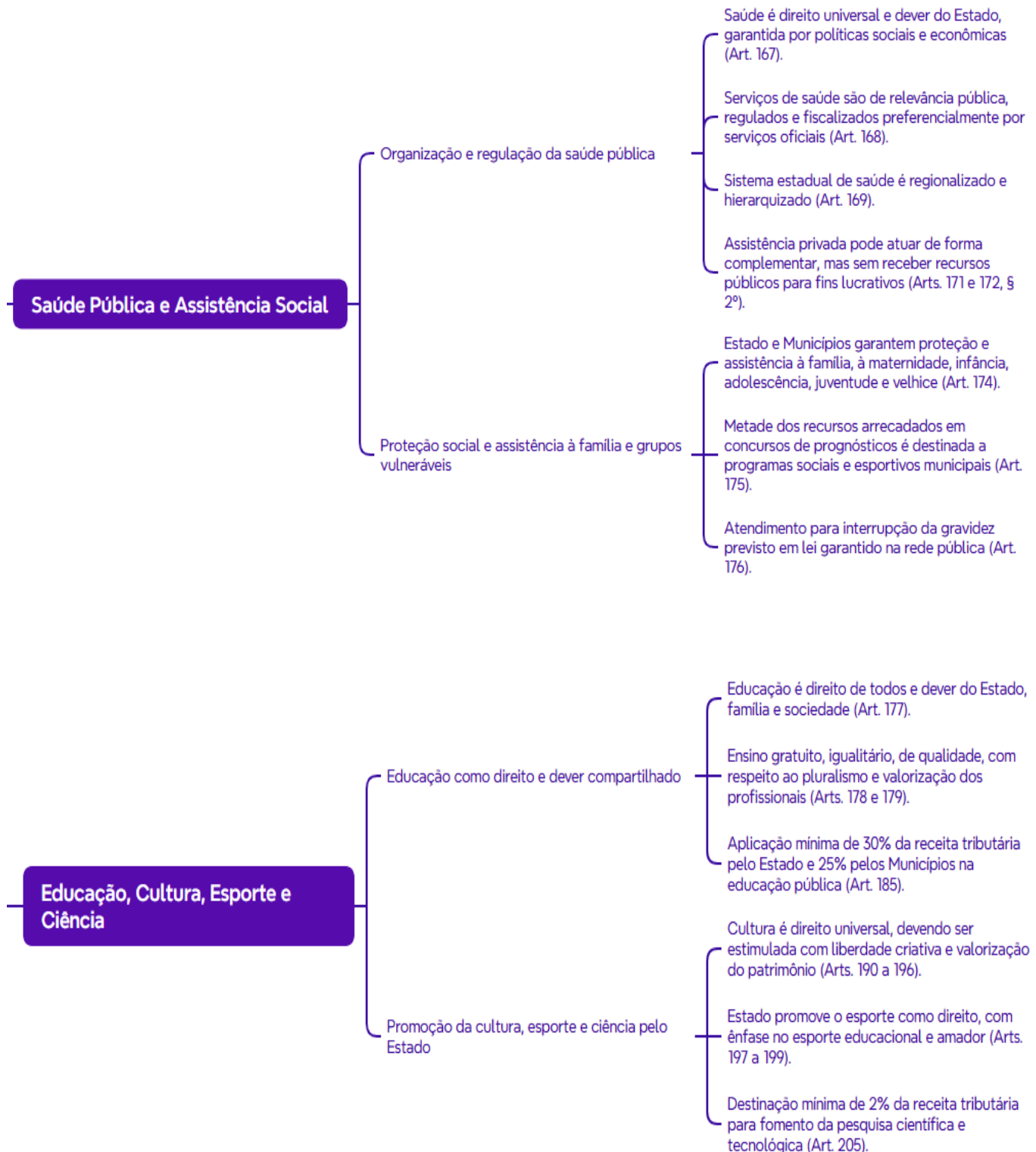
Atividades político-partidárias são proibidas para magistrados.

Juizes afastados devem respeitar quarentena de três anos para advocacia no mesmo tribunal ou juízo.





- Da Ordem Social (Arts. 166 a 226, CE-PR)





QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. AOCP / SANEPAR / Geógrafo / 2024

De acordo com o Artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná, compete, entre outras ações, ao Estado e aos Municípios, de forma integrada, propor e executar políticas públicas de saneamento básico com o objetivo de

- A) garantir exclusivamente a coleta e tratamento de esgoto sanitário.
- B) isentar todos os setores industriais das responsabilidades sobre a destinação final de seus resíduos líquidos.
- C) revogar os direitos municipais relacionados ao gerenciamento dos serviços de resíduos sólidos.
- D) promover a universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico.
- E) estabelecer tarifas diferentes para o serviço de distribuição de água com base no bairro ou região geográfica.

Gabarito: Letra D

Comentários:

Vejamos as alternativas:

- A) **ERRADA.** O saneamento básico inclui água potável, lixo, drenagem da chuva etc.



- B) **ERRADA**. As indústrias também devem cuidar dos seus resíduos, em sua responsabilidade compartilhada.
- C) **ERRADA**. Não há que se falar em "revogar", mas sim "integrar".
- D) **CERTA**. O art. 207 da CE-PR trata de garantir água e esgoto para todos, seguindo as regras nacionais.
- E) **ERRADA**. O acesso deve ser justo e igualitário, sem cobrança desigual.

Portanto, gabarito Letra D.

2. FGV / ALEP / Técnico - Contabilidade / 2024

De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento de investimento das empresas públicas e

- A) das autarquias e fundações.
- B) das que não possuem autonomia financeira e administrativa.
- C) dos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- D) das que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto.
- E) das que o Estado detém alguma participação, direta ou indireta, no capital social.

Gabarito: Letra D

Comentários:

O artigo 133 da CE-PR trata diretamente sobre esse aspecto:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: [...]

§ 6º. A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, fixando as despesas referentes aos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, estimando as receitas do Estado, efetivas e potenciais, aqui incluídas as renúncias fiscais a qualquer título;



II - o orçamento próprio da administração indireta compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às autarquias e às fundações;

III - o orçamento de investimento das empresas públicas e daquelas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto....

Portanto, gabarito Letra D.

3. MPE-PR / Promotor de Justiça Substituto / 2021

Assinale a alternativa correta sobre a Constituição do Estado do Paraná:

A) Os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça e, nos crimes conexos com os do Governador do Estado, pelo Supremo Tribunal Federal.

B) Um quinto dos membros do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de vinte anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional.

C) Podem propor ADIN perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná as seguintes pessoas: "I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa; II - o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado; III - o Prefeito e a Mesa da Câmara do respectivo Município, quando se tratar de lei ou ato normativo local; IV - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; V - os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa; VI - as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual; VII - o Deputado Estadual".

D) O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em lista tríplice elaborada, na forma da lei, por todos os seus membros, para mandato de três anos, não sendo permitida a recondução.

E) É da competência do Governador do Paraná, dentre outras, realizar as operações de crédito autorizadas pela Assembleia por meio de Lei Complementar.

Gabarito: Letra C

Comentários:

Vejamos as alternativas



A) **ERRADA.** De acordo com o Art. 54. *Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa: (...) XI - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;*

B) **ERRADA.** De acordo com o Art. 95 *Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.*

C) **CERTA.** Essa é a literalidade do Art. 111 *São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face desta Constituição: I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembléia Legislativa; II - o Procurador-Geral de Justiça; III - o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado; IV - o Prefeito e a Mesa da Câmara do respectivo Município, quando se tratar de lei ou ato normativo local; V - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; VI - os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa; VII - as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual; VIII - o Deputado Estadual.*

D) **ERRADA.** De acordo com o Art. 116, *O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após a aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em lista tríplice elaborada, na forma da lei, por todos os seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.*

E) **ERRADA.** De acordo com o Art. 87 *Compete privativamente ao Governador: (...) XIX - realizar as operações de crédito pre viamente autorizadas pela Assembléia.*

Portanto, gabarito Letra C.

4. AOCP / Polícia Científica-PR / Agente Auxiliar de Perícia / 2023

Em relação à Constituição do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

A) Cabe aos Municípios explorarem, diretamente ou mediante concessão, a ser outorgada após licitação pública, os serviços locais de gás canalizado.

B) Compete ao Estado legislar privativamente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

C) O prazo de validade do concurso público será de quatro anos, improrrogável.



D) São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

E) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Estado, será exercido com o auxílio da Assembleia Legislativa.

Gabarito: Letra D

Comentários:

Vejamos as alternativas:

(A) **ERRADA.** De acordo com o Art. 9º *Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão, a ser outorgada após licitação pública, os serviços locais de gás canalizado, na forma da Lei.*

B) **ERRADA.** De acordo com o Art. 13, XIV, *Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

C) **ERRADA.** De acordo com o Art. 27, III, *O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período;*

D) **CERTA.** Exatamente o que diz o Art. 66, IV, *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

E) **ERRADA.** De acordo com o Art. 75, *O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete (...)*

Portanto, gabarito Letra D.

5. FGV / ALEP / Técnico - Contabilidade / 2024

O Art. 165 da Constituição do Estado do Paraná prevê que o Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Diante do exposto e de acordo com a Constituição do Estado do Paraná é correto afirmar que



A) o Estado aplicará, anualmente, 10% (dez por cento), no mínimo, e os Municípios aplicarão, anualmente, 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

B) o ensino da língua alemã constituirá disciplina de oferta obrigatória na matriz curricular do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, em horários e locais definidos pelos sistemas de ensino, com implementação gradativa até o ano de 2026 e carga horária mínima de duas horas/aula semanais, constituindo-se em disciplina de caráter optativo aos estudantes.

C) o Estado e os Municípios dotarão os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento à saúde, garantindo, na forma regulamentada por Lei Complementar, exames periódicos gratuitos para os domiciliados no Estado, objetivando prevenção do câncer e do diabetes, garantindo aos portadores o fornecimento de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle destas doenças e exames semestrais aos alunos da rede pública de ensino objetivando prevenção do câncer e do diabetes, além de campanhas educativas.

D) o Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, setenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.

E) o Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado e dos Municípios, além de outras fontes, e é autorizada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos..

Gabarito: Letra C

Comentários:

Vejamos as alternativas:

A) **ERRADA.** O percentual está incorreto: de acordo com o Art. 185 da CE/PR, *o Estado aplicará, anualmente, 30% (trinta por cento), no mínimo, e os Municípios aplicarão, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.*

B) **ERRADA.** É obrigatório o ensino da língua espanhola, não alemã. De acordo com o Art. 179, *O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de: [...] § 9º O ensino da língua espanhola constituirá disciplina de oferta obrigatória na matriz curricular do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, em horários e locais definidos pelos sistemas de ensino, com implementação gradativa até o ano de 2026 e carga horária mínima de duas horas/aula semanais, constituindo-se em disciplina de caráter optativo aos estudantes.*



C) **CERTA**. Exatamente de acordo com o Art. 167.

D) **ERRADA**. Aqui também o percentual está incorreto. De acordo com o Art. 175, o *Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, cinquenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.*

E) **ERRADA**. Não há autorização de destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos. De acordo com o Art. 172, o *Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado e dos Municípios, além de outras fontes (...) § 1º. O volume dos recursos a esse fim destinados pelo Estado e Municípios será definido em suas respectivas leis orçamentárias. § 2º. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.*

Portanto, gabarito Letra C.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Quem julga o Governador nos crimes de responsabilidade? Quem julga o Governador em infrações penais comuns?
2. O que exige a iniciativa popular para propor projeto de lei estadual?
3. Quais as proposições que compõem o processo legislativo na CE/PR?
4. Quem exerce o controle externo na fiscalização contábil e orçamentária? Qual sua composição e critérios de escolha?
5. Quem chefia o Ministério Público Estadual? Qual a duração de seu mandato?
6. A quem compete julgar os Secretários de Estado nos crimes comuns e de responsabilidade?



7. Quais são as garantias dos juízes estaduais na CE/PR? O que é o quinto constitucional no TJ/PR?

8. Qual percentual mínimo de receita de impostos o Estado aplica na educação? E para os Municípios?

9. O Poder (a) do Estado do Paraná é exercido pela (b) Legislativa, composta por deputados (c) eleitos pelo sistema proporcional, para mandatos de (d) anos. Compete a essa Casa (e) leis estaduais, (f) o Governador e o Vice-Governador nos crimes de responsabilidade, bem como processar os (g) de Estado por crimes conexos. Cabe também à Assembleia (h) os subsídios dos agentes políticos estaduais, (i) o orçamento e julgar anualmente as contas prestadas pelo (j) do Estado.

10. O Ministério (a) do Estado do Paraná é instituição (b), com autonomia funcional, administrativa e (c). Seu chefe é o (d), nomeado pelo Governador a partir de uma lista (e), elaborada por membros da carreira, com aprovação da (f) Legislativa. O mandato é de dois anos, sendo (g) uma recondução. Entre suas atribuições estão promover a ação (h) pública, zelar pela ordem (i) e pelos interesses sociais e individuais (j).

Perguntas com respostas

1. Quem julga o Governador nos crimes de responsabilidade? Quem julga o Governador em infrações penais comuns?

Nos crimes de responsabilidade, o governador é julgado pelo Tribunal Especial (5 deputados + 5 desembargadores). Já nas infrações penais comuns, ele é julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2. O que exige a iniciativa popular para propor projeto de lei estadual?

A propositura de PL por iniciativa popular exige 1% do eleitorado, distribuído em no mínimo 50 municípios, com pelo menos 1% de eleitores em cada.

3. Quais as proposições que compõem o processo legislativo na CE/PR?

São proposições, de acordo com a CE/PR:



Emendas à Constituição

Leis complementares, leis ordinárias

Decretos legislativos, resoluções, leis delegadas.

4. Quem exerce o controle externo na fiscalização contábil e orçamentária? Qual sua composição e critérios de escolha?

O controle externo é feito pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que é composto por sete conselheiros, sendo 4 escolhidos pela Assembleia Legislativa e 3 escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia.

5. Quem chefia o Ministério Público Estadual? Qual a duração de seu mandato?

O MPE é chefiado pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador com aprovação da Assembleia, dentre lista tríplice. Seu mandato dura dois anos, permitida uma recondução.

6. A quem compete julgar os Secretários de Estado nos crimes comuns e de responsabilidade?

Nos crimes comuns e de responsabilidade, os Secretários de Estado são julgados pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

7. Quais são as garantias dos juízes estaduais na CE/PR? O que é o quinto constitucional no TJ/PR?

Os juízes estaduais gozam de vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos. O “quinto constitucional” refere-se a 1/5 dos cargos ocupados por membros do MP e advogados com mais de 10 anos de carreira.

8. Qual percentual mínimo de receita de impostos o Estado aplica na educação? E para os Municípios?

Para o Estado, a receita aplicada à educação é de 30%, já para os Municípios é de 25%.



9. O Poder (a) do Estado do Paraná é exercido pela (b) Legislativa, composta por deputados (c) eleitos pelo sistema proporcional, para mandatos de (d) anos. Compete a essa Casa (e) leis estaduais, (f) o Governador e o Vice-Governador nos crimes de responsabilidade, bem como processar os (g) de Estado por crimes conexos. Cabe também à Assembleia (h) os subsídios dos agentes políticos estaduais, (i) o orçamento e julgar anualmente as contas prestadas pelo (j) do Estado.

Respostas esperadas:

- | | |
|-----------------|-----------------|
| (a) Legislativo | (f) processar |
| (b) Assembleia | (g) Secretários |
| (c) estaduais | (h) fixar |
| (d) quatro | (i) aprovar |
| (e) elaborar | (j) Governado |

10. O Ministério (a) do Estado do Paraná é instituição (b), com autonomia funcional, administrativa e (c). Seu chefe é o (d), nomeado pelo Governador a partir de uma lista (e), elaborada por membros da carreira, com aprovação da (f) Legislativa. O mandato é de dois anos, sendo (g) uma recondução. Entre suas atribuições estão promover a ação (h) pública, zelar pela ordem (i) e pelos interesses sociais e individuais (j).

Respostas esperadas:

- | | |
|---------------------------------|-------------------|
| (a) Público | (f) Assembleia |
| (b) independente | (g) permitida |
| (c) financeira | (h) penal |
| (d) Procurador-Geral de Justiça | (i) jurídica |
| (e) tríplice | (j) indisponíveis |



Nosso primeiro estudo fica por aqui.

Grande abraço e bons estudos!



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. AOCP / SANEPAR / Geógrafo / 2024

De acordo com o Artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná, compete, entre outras ações, ao Estado e aos Municípios, de forma integrada, propor e executar políticas públicas de saneamento básico com o objetivo de

- A) garantir exclusivamente a coleta e tratamento de esgoto sanitário.
- B) isentar todos os setores industriais das responsabilidades sobre a destinação final de seus resíduos líquidos.
- C) revogar os direitos municipais relacionados ao gerenciamento dos serviços de resíduos sólidos.
- D) promover a universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico.
- E) estabelecer tarifas diferentes para o serviço de distribuição de água com base no bairro ou região geográfica.

2. FGV / ALEP / Técnico - Contabilidade / 2024

De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento de investimento das empresas públicas e

- A) das autarquias e fundações.
- B) das que não possuem autonomia financeira e administrativa.
- C) dos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- D) das que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto.
- E) das que o Estado detém alguma participação, direta ou indireta, no capital social.

3. MPE-PR / Promotor de Justiça Substituto / 2021

Assinale a alternativa correta sobre a Constituição do Estado do Paraná:



- A) Os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça e, nos crimes conexos com os do Governador do Estado, pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) Um quinto dos membros do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de vinte anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional.
- C) Podem propor ADIN perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná as seguintes pessoas: "I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembléia Legislativa; II - o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado; III - o Prefeito e a Mesa da Câmara do respectivo Município, quando se tratar de lei ou ato normativo local; IV - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; V - os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa; VI - as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual; VII - o Deputado Estadual".
- D) O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em lista tríplice elaborada, na forma da lei, por todos os seus membros, para mandato de três anos, não sendo permitida a recondução.
- E) É da competência do Governador do Paraná, dentre outras, realizar as operações de crédito autorizadas pela Assembleia por meio de Lei Complementar.

4. AOCP / Polícia Científica-PR / Agente Auxiliar de Perícia / 2023

Em relação à Constituição do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- A) Cabe aos Municípios explorarem, diretamente ou mediante concessão, a ser outorgada após licitação pública, os serviços locais de gás canalizado.
- B) Compete ao Estado legislar privativamente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- C) O prazo de validade do concurso público será de quatro anos, improrrogável.
- D) São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.
- E) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Estado, será exercido com o auxílio da Assembleia Legislativa.



5. FGV / ALEP / Técnico - Contabilidade / 2024

O Art. 165 da Constituição do Estado do Paraná prevê que o Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Diante do exposto e de acordo com a Constituição do Estado do Paraná é correto afirmar que

A) o Estado aplicará, anualmente, 10% (dez por cento), no mínimo, e os Municípios aplicarão, anualmente, 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

B) o ensino da língua alemã constituirá disciplina de oferta obrigatória na matriz curricular do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, em horários e locais definidos pelos sistemas de ensino, com implementação gradativa até o ano de 2026 e carga horária mínima de duas horas/aula semanais, constituindo-se em disciplina de caráter optativo aos estudantes.

C) o Estado e os Municípios dotarão os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento à saúde, garantindo, na forma regulamentada por Lei Complementar, exames periódicos gratuitos para os domiciliados no Estado, objetivando prevenção do câncer e do diabetes, garantindo aos portadores o fornecimento de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle destas doenças e exames semestrais aos alunos da rede pública de ensino objetivando prevenção do câncer e do diabetes, além de campanhas educativas.

D) o Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, setenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.

E) o Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado e dos Municípios, além de outras fontes, e é autorizada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos..



Gabarito

GABARITO



1. Letra D
2. Letra D
3. Letra C
4. Letra D
5. Letra C





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.